



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 263, DE 2016**

**(Do Sr. Silas Freire e outros)**

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para estender o prazo de validade dos concursos públicos.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PEC-218/2003.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso III do *caput* do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. ....

*III - o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, pelo período de até dois anos;*

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os normativos em vigor, o prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período (art. 37, inciso III, da Constituição Federal), sendo este o prazo máximo de duração de qualquer concurso.

Conforme estabelecido, a prorrogação do prazo de validade do concurso público somente pode ocorrer uma vez e por igual período, ou seja, o prazo de prorrogação tem que ser igual ao prazo de validade previsto inicialmente para o concurso. Assim, se foi estipulado um prazo de validade de um ano para o concurso, a prorrogação também será de um ano. Da mesma forma, se foi estipulado um prazo de validade de dois anos, a prorrogação deverá ser de dois anos.

Se houver omissão legal ou o edital deixar de dispor a respeito do prazo de validade do certame e de sua prorrogação deve se considerar o prazo máximo de dois anos previsto na Constituição Federal como período de validade do certame, sem, contudo, a possibilidade de prorrogação, pois esta somente pode resultar de expressa prescrição legal ou editalícia.

Por outro lado, o art. 37, inciso III, da Constituição Federal não permite que uma vez escoado o prazo de validade do concurso público, sem que tenha ele sido prorrogado, possa a Administração Pública instituir novo prazo de validade, visto que prorrogar é estender prazo ainda existente para além de seu termo final e pressupõe a previsão de continuidade antes de encerrado o tempo fixado sem haver interrupção.

Assim sendo e considerando que a realização de concurso público exige tempo, estrutura e uma logística no mais das vezes complexa, envolvendo custos elevados para a administração pública, não se mostra razoável, nos dias de hoje, uma limitação de apenas dois anos para a validade dos concursos públicos, com possibilidade apenas de uma prorrogação por igual período, sujeita à discricionariedade e diligência do gestor de plantão, pelo que entendemos propor a extensão do referido prazo para até quatro anos, com possibilidade de prorrogação por até mais dois anos, com vistas a garantir uma certa estabilidade ao processo e atender melhor e tempestivamente às necessidades de pessoal do setor público, bem como aproveitar mais efetivamente o esforço daqueles candidatos que tanto se empenharam e sacrificaram para lograr a respectiva aprovação em certames que, via de regra, são disputadíssimos.

Em face do exposto, considerando a importância da presente proposição, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2016.

Deputado SILAS FREIRE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Análise de Proposições - SERAP

( Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br )

## CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 5

**Proposição:** PEC 0263/2016

**Autor da Proposição:** SILAS FREIRE E OUTROS

**Data de Apresentação:** 23/08/2016

**Ementa:** Altera o art. 37 da Constituição Federal, para estender o prazo de validade dos concursos públicos.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	207
Não Conferem	000
Fora do Exercício	001
Repetidas	061
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	269

### Confirmadas

1	ADAIL CARNEIRO	PP	CE
2	ADALBERTO CAVALCANTI	PTB	PE
3	ADEMIR CAMILO	PTN	MG
4	AELTON FREITAS	PR	MG
5	ALAN RICK	PRB	AC
6	ALBERTO FILHO	PMDB	MA
7	ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
8	ALEX CANZIANI	PTB	PR
9	ALEXANDRE LEITE	DEM	SP
10	ALEXANDRE VALLE	PR	RJ
11	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
12	ALUISIO MENDES	PTN	MA
13	ANDERSON FERREIRA	PR	PE
14	ANDRÉ ABDON	PP	AP
15	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
16	ANGELA ALBINO	PCdoB	SC
17	ANTONIO BULHÕES	PRB	SP
18	ANTÔNIO JÁCOME	PTN	RN
19	ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
20	ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO	PSDB	AM
21	AUGUSTO CARVALHO	SD	DF
22	BACELAR	PTN	BA
23	BALEIA ROSSI	PMDB	SP
24	BEBETO	PSB	BA

25	BETO ROSADO	PP	RN
26	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
27	BOSCO COSTA	PROS	SE
28	CACÁ LEÃO	PP	BA
29	CAPITÃO AUGUSTO	PR	SP
30	CARLOS ANDRADE	PHS	RR
31	CARLOS HENRIQUE GAGUIM	PTN	TO
32	CARLOS ZARATTINI	PT	SP
33	CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GO
34	CELSO JACOB	PMDB	RJ
35	CELSO MALDANER	PMDB	SC
36	CELSO RUSSOMANNO	PRB	SP
37	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ
38	CHICO D'ANGELO	PT	RJ
39	CHRISTIANE DE SOUZA YARED	PR	PR
40	CLEBER VERDE	PRB	MA
41	CONCEIÇÃO SAMPAIO	PP	AM
42	COVATTI FILHO	PP	RS
43	DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB
44	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
45	DANIEL VILELA	PMDB	GO
46	DANILO FORTE	PSB	CE
47	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
48	DAVI ALVES SILVA JÚNIOR	PR	MA
49	DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	PA
50	DELEGADO EDSON MOREIRA	PR	MG
51	DELEGADO WALDIR	PR	GO
52	DR. JOÃO	PR	RJ
53	DR. JORGE SILVA	PHS	ES
54	DR. SINVAL MALHEIROS	PTN	SP
55	EDINHO BEZ	PMDB	SC
56	EDMILSON RODRIGUES	PSOL	PA
57	EDUARDO BOLSONARO	PSC	SP
58	EDUARDO DA FONTE	PP	PE
59	ELI CORRÊA FILHO	DEM	SP
60	ELIZIANE GAMA	PPS	MA
61	ENIO VERRI	PT	PR
62	ERIKA KOKAY	PT	DF
63	EROS BIONDINI	PROS	MG
64	EVAIR VIEIRA DE MELO	PV	ES
65	EXPEDITO NETTO	PSD	RO
66	EZEQUIEL FONSECA	PP	MT
67	FÁBIO FARIA	PSD	RN
68	FÁBIO MITIDIERI	PSD	SE
69	FABIO REIS	PMDB	SE
70	FÁBIO SOUSA	PSDB	GO
71	FAUSTO PINATO	PP	SP
72	FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA
73	FERNANDO FRANCISCHINI	SD	PR

74	FERNANDO JORDÃO	PMDB	RJ
75	FRANCISCO CHAPADINHA	PTN	PA
76	FRANCISCO FLORIANO	DEM	RJ
77	FRANKLIN LIMA	PP	MG
78	GENECIAS NORONHA	SD	CE
79	GEOVANIA DE SÁ	PSDB	SC
80	GIACOBO	PR	PR
81	GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP
82	GIOVANI CHERINI	PR	RS
83	GIUSEPPE VECCI	PSDB	GO
84	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
85	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR
86	HILDO ROCHA	PMDB	MA
87	HIRAN GONÇALVES	PP	RR
88	ILDON MARQUES	PSB	MA
89	IRACEMA PORTELLA	PP	PI
90	IZALCI	PSDB	DF
91	JAIME MARTINS	PSD	MG
92	JAIR BOLSONARO	PSC	RJ
93	JEAN WYLLYS	PSOL	RJ
94	JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS
95	JHONATAN DE JESUS	PRB	RR
96	JOÃO DANIEL	PT	SE
97	JOÃO FERNANDO COUTINHO	PSB	PE
98	JOÃO GUALBERTO	PSDB	BA
99	JOÃO MARCELO SOUZA	PMDB	MA
100	JOÃO RODRIGUES	PSD	SC
101	JONY MARCOS	PRB	SE
102	JORGE CÔRTE REAL	PTB	PE
103	JORGINHO MELLO	PR	SC
104	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PR	BA
105	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS
106	JOSÉ GUIMARÃES	PT	CE
107	JOSÉ MENTOR	PT	SP
108	JOSÉ NUNES	PSD	BA
109	JOSE STÉDILE	PSB	RS
110	JOZI ARAÚJO	PTN	AP
111	JÚLIA MARINHO	PSC	PA
112	JÚLIO CESAR	PSD	PI
113	LAERTE BESSA	PR	DF
114	LÁZARO BOTELHO	PP	TO
115	LELO COIMBRA	PMDB	ES
116	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
117	LEOPOLDO MEYER	PSB	PR
118	LINCOLN PORTELA	PRB	MG
119	LUCAS VERGILIO	SD	GO
120	LUCIO MOSQUINI	PMDB	RO
121	LÚCIO VALE	PR	PA
122	LUIS TIBÉ	PTdoB	MG

123	LUIZ CARLOS RAMOS	PTN	RJ
124	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
125	MAIA FILHO	PP	PI
126	MANOEL JUNIOR	PMDB	PB
127	MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO	PR	MG
128	MARCELO BELINATI	PP	PR
129	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
130	MARCELO SQUASSONI	PRB	SP
131	MARCIO ALVINO	PR	SP
132	MARCOS ROGÉRIO	DEM	RO
133	MARCOS ROTTA	PMDB	AM
134	MARCOS SOARES	DEM	RJ
135	MARCUS VICENTE	PP	ES
136	MARIA HELENA	PSB	RR
137	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
138	MÁRIO NEGROMONTE JR.	PP	BA
139	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
140	MAURO PEREIRA	PMDB	RS
141	MAX FILHO	PSDB	ES
142	MIGUEL LOMBARDI	PR	SP
143	MILTON MONTI	PR	SP
144	MOEMA GRAMACHO	PT	BA
145	NELSON MARQUEZEZZI	PTB	SP
146	NELSON MEURER	PP	PR
147	NELSON PELLEGRINO	PT	BA
148	NILTO TATTO	PT	SP
149	ODELMO LEÃO	PP	MG
150	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
151	PAES LANDIM	PTB	PI
152	PATRUS ANANIAS	PT	MG
153	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
154	PAULO FREIRE	PR	SP
155	PAULO PEREIRA DA SILVA	SD	SP
156	PEDRO FERNANDES	PTB	MA
157	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
158	PR. MARCO FELICIANO	PSC	SP
159	PROFESSOR VICTÓRIO GALLI	PSC	MT
160	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE	DEM	TO
161	PROFESSORA MARCIVANIA	PCdoB	AP
162	RAQUEL MUNIZ	PSD	MG
163	RENATA ABREU	PTN	SP
164	RENATO MOLLING	PP	RS
165	RENZO BRAZ	PP	MG
166	RICARDO IZAR	PP	SP
167	RICARDO TEOBALDO	PTN	PE
168	ROBERTO ALVES	PRB	SP
169	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP
170	ROBERTO SALES	PRB	RJ
171	ROCHA	PSDB	AC

172	RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG
173	RODRIGO MARTINS	PSB	PI
174	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC
175	ROGÉRIO ROSSO	PSD	DF
176	RONALDO CARLETTO	PP	BA
177	RONALDO LESSA	PDT	AL
178	RUBENS BUENO	PPS	PR
179	SANDES JÚNIOR	PP	GO
180	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
181	SÉRGIO MORAES	PTB	RS
182	SERGIO VIDIGAL	PDT	ES
183	SEVERINO NINHO	PSB	PE
184	SHÉRIDAN	PSDB	RR
185	SILAS FREIRE	PR	PI
186	SILVIO TORRES	PSDB	SP
187	SIMÃO SESSIM	PP	RJ
188	SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	RJ
189	TAKAYAMA	PSC	PR
190	TIRIRICA	PR	SP
191	TONINHO PINHEIRO	PP	MG
192	TONINHO WANDSCHEER	PROS	PR
193	ULDURICO JUNIOR	PV	BA
194	VALDIR COLATTO	PMDB	SC
195	VALMIR ASSUNÇÃO	PT	BA
196	VICENTE CANDIDO	PT	SP
197	VICTOR MENDES	PSD	MA
198	VITOR VALIM	PMDB	CE
199	WALDIR MARANHÃO	PP	MA
200	WALTER ALVES	PMDB	RN
201	WELLINGTON ROBERTO	PR	PB
202	WLADIMIR COSTA	SD	PA
203	ZÉ CARLOS	PT	MA
204	ZÉ GERALDO	PT	PA
205	ZÉ SILVA	SD	MG
206	ZECA DO PT	PT	MS
207	ZENAIDE MAIA	PR	RN



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

**PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

**TÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

.....

**CAPÍTULO VII  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Seção I  
Disposições Gerais**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: *[\(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)*

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; *[\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)*

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; *[\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)*

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)](#)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: [\(“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; [\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001\)](#)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)\*](#)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)\*](#)

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: [\*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------